



O histórico encontro entre o rei Ibn Saud e o Presidente Franklin D. Roosevelt, a bordo do cruzador USS Quincy, em Fevereiro de 1945. Os EUA comprometeram-se a garantir a segurança da Monarquia do Golfo em troca do fornecimento de petróleo saudita sem riscos e a preços módicos. **RI**

# A LUTA PELO PETRÓLEO

António Costa Silva

**A**ntiga primeira-ministra israelita Golda Meir disse um dia: «Não me falem de Moisés. Ele levou quarenta anos a conduzir-nos ao único lugar do Médio Oriente que não tem petróleo.»<sup>1</sup> Esta «síndrome de Moisés» radica no facto de as reservas petrolíferas serem finitas, escassas e estarem concentradas num pequeno número de países o que transformou o acesso e controlo das fontes energéticas num problema político de primeira grandeza tanto neste como no século passado. De facto, durante o século XX petróleo e geopolítica andaram de mãos dadas como se fossem irmãos siameses. A própria evolução do preço do petróleo é uma espécie de registo numérico da evolução geopolítica mundial e nele se inscrevem as marcas genéticas de acontecimentos marcantes do nosso tempo, como a ascensão do nacionalismo árabe, o embargo ao Ocidente, a revolução iraniana, a Guerra Irão-Iraque, a crise asiática, as duas guerras do Golfo ou a ascensão imparável da China na cena política e económica internacional.

O petróleo alimenta a sociedade industrial e o poderio económico e militar das grandes potências. A ascensão dos EUA ao seu lugar de hiper-potência, com um poder hegemónico nunca antes visto na história, é indissociável da sua capacidade para aceder e controlar as fontes energéticas. De facto, a indústria petrolífera é uma indústria americana por excelência: na sua génese, na sua matriz, na sua linguagem e na sua capacidade tecnológica. Desde o momento em que o coronel Drake furou o primeiro poço de petróleo da era moderna em 1859 em Titusville, na Pensilvânia, até aos dias de hoje, a história do desenvolvimento e do triunfo do petróleo é a história do desenvolvimento e do triunfo da grande nação americana. Uma sem o outro não poderia ter existido. Esta dependência propagou-se ao resto do mundo e a vida moderna é hoje moldada e condicionada pelas fontes energéticas, e em especial pelo petróleo. O seu uso é largamente predominante nos transportes, na indústria, na petroquímica, no sector público e doméstico. Sem ele as sociedades desenvolvidas do planeta paralisavam, os carros deixariam de funcionar, os aviões ficariam em terra, as cidades entrariam em colapso e a sobrevivência das populações seria drasticamente afectada. Por isso, a questão do acesso e controlo das fontes

energéticas é mais actual do que nunca. A resposta a esta questão vai condicionar o jogo e o equilíbrio de poder no decurso deste século.

Há mudanças políticas subterrâneas que estão em curso. Têm a ver com a crescente dependência energética dos países ocidentais e o declínio da produção no mar do Norte e no Alasca; com o poder crescente das companhias estatais dos países produtores, em especial do Médio Oriente e as dificuldades das grandes companhias ocidentais em reporem as reservas que produzem anualmente porque não conseguem aceder como no passado a novos campos petrolíferos. Estão também relacionados com a emergência dos gigantes asiáticos como a China e a Índia, cuja procura de energia para alimentar o desenvolvimento económico é insaciável. Finalmente, com o facto de a diminuição das reservas mundiais se ir acentuando ano após ano, sendo inevitável que dentro de décadas se atinja o pico de produção. A partir daí o declínio será irreversível, os preços

VIVEMOS HOJE NÃO UMA GUERRA DE CIVILIZAÇÕES  
MAS SIM UMA GUERRA SUBTERRÂNEA  
PELO CONTROLO DO PETRÓLEO E DO GÁS  
E AÍ RESIDE A MATRIZ DE ALGUNS DOS GRANDES  
CONFLITOS DO NOSSO TEMPO.

umentarão e o planeta ainda não está preparado para viver na era pós-petróleo. Para compreender a interação entre estes factores e identificar os cenários da mudança que se avizinha e o impacto na paisagem geopolítica, vamos visitar brevemente a história do século XX e analisar o problema das reservas no início do século XXI, a influência do factor demográfico no consumo de energia, a questão do Médio Oriente com o factor saudita à cabeça e a luta geopolítica a que se assiste pelo domínio da Eurásia e das fontes energéticas. Vivemos hoje não uma guerra de civilizações mas sim uma guerra subterrânea pelo controlo do petróleo e do gás e aí reside a matriz de alguns dos grandes conflitos do nosso tempo.

**PETRÓLEO E POLÍTICA: OS IRMÃOS SIAMESES DO SÉCULO XX**

## **PETRÓLEO E POLÍTICA: OS IRMÃOS SIAMESES DO SÉCULO XX**

AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS

É impossível pensar e interpretar a evolução política do século XX sem ter em conta o factor petróleo. O desfecho das duas guerras mundiais que marcaram o século foi ditado por vários factores mas um dos mais importantes foi o controlo das fontes energéticas. De facto, uma lição dos dois grandes conflitos é que quem controlou o petróleo ganhou a guerra. Na I Guerra Mundial o exército alemão capitulou quando as forças aliadas bloquearam as suas rotas de abastecimento energético e impediram que controlasse os campos petrolíferos da Roménia. Quando a 11 de Novembro de 1918 o Alto Comando alemão assinou o armistício não havia combustível para fazer funcionar os comboios, os carros de combate e os aviões.

Hitler extraiu a lição deste colapso e quando desencadeou a II Guerra Mundial as suas primeiras acções, ao invadir a Polónia e mais tarde a União Soviética, tinham como objectivo o controlo das fontes energéticas, o que era aliás um dos elementos da teoria

nazi do «espaço vital». Quando a Wehrmacht não foi capaz de manter o controlo de Baku, a capital do Azerbaijão que era então o centro de uma das principais províncias petrolíferas mundiais, a sorte da guerra ficou selada. Com o poder combinado dos aliados, a que se juntaram os EUA, e sem combustível, a máquina militar nazi perdeu pouco a pouco o seu fulgor e em três anos era desbaratada. A própria entrada dos EUA na guerra aconteceu por retaliação ao ataque japonês a Pearl Harbor, em Dezembro de 1941. Mas o Japão, que já estava em guerra ao lado das potências do Eixo, atacou Pearl Harbor porque queria paralisar a esquadra americana do Pacífico enquanto invadia o que é hoje o território da Indonésia. O objectivo: controlar os campos petrolíferos e assegurar o abastecimento prolongado da máquina de guerra japonesa.

#### ROOSEVELT E IBN SAUD: UM ACORDO HISTÓRICO

Mas se o petróleo influenciou o desfecho das duas guerras mundiais, influenciou ainda mais a vida política na segunda metade do século. Há um facto da maior importância, que ocorreu a seguir à II Guerra Mundial e a que pouca gente dá atenção. Depois da Conferência de Yalta, onde Roosevelt se encontrou com Churchill e Estaline para selar o acordo que iria regular as relações internacionais nos cinquenta anos seguintes, o Presidente americano encontrou-se a seguir, em Fevereiro de 1945, a bordo do cruzador americano USS *Quincy*, com o rei Abdul Aziz Ibn Saud da Arábia Saudita. Deste encontro resultou um acordo histórico que colocou o reino saudita sob protecção americana. Este acordo regulou durante décadas as relações entre os dois países mas sofreu um abalo sem precedentes com os atentados de 11 de Setembro de 2001, quando se soube que quinze dos dezanove terroristas que atacaram as Torres Gémeas e o Pentágono eram de origem saudita. A partir daí, a relação entre os EUA e a Arábia Saudita nunca mais foi a mesma, não obstante as proclamações oficiais de amizade por parte de Washington e Riad.

O encontro do Presidente Roosevelt com o rei saudita não surgiu por acaso: ele é a prova de que a Administração americana, ontem como hoje, está atenta ao papel do petróleo no jogo de poder internacional. Foi assim com Truman, Eisenhower, Nixon e Carter. Hoje, como ontem, a estratégia é clara: manter na esfera de influência americana os países com recursos energéticos, sabendo que em caso de conflito grave quem controla o petróleo detém a capacidade de asfixiar o adversário.

#### A GUERRA DOS SEIS DIAS, O EMBARGO E O NACIONALISMO ÁRABE

O papel desempenhado pelo petróleo como factor político ficou demonstrado em 1967 durante a Guerra dos Seis Dias, quando os países árabes decretaram um embargo das exportações de petróleo para os EUA, a Grã-Bretanha e a Alemanha Ocidental. Este embargo durou apenas algumas semanas mas marca uma nova etapa na utilização do petróleo como arma política. As tensões entre os países produtores e os países ocidentais tinham vindo a agravar-se com a ascensão do nacionalismo árabe sob a égide do

Presidente do Egipto, Gamal Abdel Nasser, que em 1956 nacionalizou o canal de Suez, provocando assim o colapso da principal rota de abastecimento de petróleo dos países ocidentais. A resposta foi a invasão do Egipto pelos exércitos inglês, francês e israelita. Nessa altura, o Presidente Eisenhower, apesar de se opor à política nacionalista de Nasser, decidiu manter os EUA fora do conflito por considerar que a invasão do Egipto iria inflamar o mundo árabe e dar um novo estímulo ao movimento nacionalista, constituindo assim uma ameaça directa à sobrevivência do regime saudita<sup>2</sup>. Quase cinquenta anos depois, a invasão americana do Iraque é o mais importante teste ao quadro mental que regeu a política americana para o Médio Oriente. E o facto é que hoje, apesar dos tímidos sinais de mudança com as eleições no Iraque, o movimento democrático no Líbano, as eleições municipais na Arábia Saudita, o anúncio de Hosni Mubarak sobre as eleições presidenciais egípcias e a evolução na situação israelo-palestina, os sinais de crise e instabilidade na região propagam-se e as ondas de choque iraquianas podem vir a constituir uma ameaça para o regime saudita. Se isto se verificar, a situação no Médio Oriente pode tornar-se explosiva e os mercados energéticos e financeiros internacionais dificilmente deixarão de ser afectados. A preocupação do Presidente Eisenhower não era despicienda e as mudanças unilaterais induzidas do exterior podem não dar bons resultados a médio e longo prazo.

#### A CRISE PETROLÍFERA DE 1973 E O PESO DA OPEP

A primeira grande crise petrolífera eclodiu em 1973 e teve a sua génese num contexto de tensão crescente entre os países árabes e o Ocidente, agravada com o golpe de Estado de 1969 na Líbia que substituiu o rei Idriss pelo coronel Kadhafi. Este foi o primeiro líder de um país árabe a lançar uma política de redução da produção para defender a gestão das reservas petrolíferas e pressionar os preços em alta. O movimento desencadeado pela Líbia alarga-se à Argélia que decide nacionalizar os interesses de seis companhias petrolíferas e fixar unilateralmente os preços do petróleo. É neste quadro que a 6 de Outubro de 1973 o Egipto e a Síria decidem atacar Israel durante a festa do Yom Kippur. A 16 de Outubro os seis estados do Golfo decidem uma alta de quase 76 por cento do preço do petróleo que passa de 2,9 para 5,1 dólares por barril. A 25 de Outubro os países árabes embargam as exportações de petróleo para os EUA, Holanda, Portugal, África do Sul e Rodésia. Acusam estes países de serem favoráveis a Israel. O choque petrolífero de 1973 paralisou o funcionamento do sistema produtivo em muitos países ocidentais, lançou o pânico no sistema económico e financeiro internacional e desencadeou uma crise sem precedentes. Ao mesmo tempo, emergiu um actor de peso na cena internacional: os países produtores e exportadores de petróleo organizados na OPEP.

#### A REVOLUÇÃO IRANIANA E A CRISE PETROLÍFERA DE 1979-1980

A segunda grande crise petrolífera é propulsionada por um factor político maior: o triunfo da revolução iraniana do ayatollah Khomeini. O movimento social e religioso de

contestação ao regime do xá Reza Pahlevi paralisou o país que era um dos principais produtores de petróleo do mundo. Em Setembro de 1978, o Irão produzia seis milhões de barris por dia (mb/d) mas em Janeiro de 1979, na véspera do *ayatollah* Khomeini desembarcar em Teerão, a produção tinha caído 93 por cento e cifrava-se em 400 mil b/d<sup>2</sup>. O preço do petróleo disparou no mercado internacional e em pouco tempo passou dos 10 aos 38 dólares por barril, o que corresponde em preços reais a 79 dólares, o valor mais alto já alcançado. Esta crise ilustra de forma clara a simbiose que existe entre política e petróleo e é um alerta sobre o perigo de desestabilizar os grandes países produtores. As consequências podem ser devastadoras e essa lição vale hoje sobretudo para a Arábia Saudita.

#### A CRISE ASIÁTICA: ENTRE A OPEP E A REALIDADE

Por vezes as situações de crise são desencadeadas por uma má leitura da realidade económica e política. Aí a Agência Internacional de Energia (AIE), criada pelos países ocidentais em 1974, na sequência da primeira crise petrolífera, e a OPEP, competem para ver quem tem o pior registo. A AIE falha amiúde nas suas previsões sobre a evolução da procura, da oferta e dos preços do petróleo. O caso da OPEP é antológico e um dos mais ilustrativos é o que ficou conhecido na indústria pela «síndrome de Jacarta». Em 1997, quando já existiam no mercado sinais da crise asiática, a OPEP reunida em Jacarta, na Indonésia, anuncia um aumento de 10 por cento da sua produção que passa de 25 para 27,5 mb/d. Pensando erradamente que o mercado estava em expansão anuncia uma medida que, devido à crise emergente, provoca o efeito contrário: com a redução acelerada da procura, o preço do petróleo entra em queda e em pouco tempo desce abaixo dos 10 dólares por barril. Este contrachoque petrolífero é acentuado pela crise russa de 1998 e potenciado pelos problemas económicos da América Latina. Na sequência da síndrome de Jacarta, a OPEP tem dificuldade quando se trata de decidir aumentos de produção. Os fantasmas do armário asiático ainda mexem.

POR VEZES AS SITUAÇÕES DE CRISE  
SÃO DESENCADEADAS POR UMA MÁ LEITURA  
DA REALIDADE ECONÓMICA E POLÍTICA.  
AÍ A AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA  
E A OPEP COMPETEM PARA VER  
QUEM TEM O PIOR REGISTO.

#### A I GUERRA DO GOLFO E A SEGURANÇA ENERGÉTICA

A I Guerra do Golfo é outra ilustração da estratégia geopolítica associada ao petróleo. A invasão do Kuwait por Saddam Hussein em 1991 e a ameaça que pesava sobre a Arábia Saudita não podiam deixar indiferentes os países desenvolvidos, com os EUA à cabeça. Estes países dependem do petróleo numa escala sem precedentes. Iraque, Kuwait e Arábia Saudita em conjunto representam quase 50 por cento das reservas provadas de petróleo que existem no mundo. Quem controlar esta arma tem um trunfo geopolítico da maior importância. Por isso a coligação internacional que foi formada para desalojar

Saddam Hussein do Kuwait foi antes de mais uma coligação para salvaguardar as fontes energéticas. E não é por acaso que esta região continua a ser um centro nevrálgico da geopolítica mundial no século XXI.

## **A PAISAGEM GEOPOLÍTICA NO SÉCULO XXI**

A compreensão do quadro geopolítico deste século e das mutações que estão em curso exige uma análise combinada da evolução histórica no passado recente e das tendências que hoje se configuram ao nível da luta pelas fontes energéticas, o impacto do crescimento demográfico no consumo de energia, a crescente dependência energética das grandes potências e as suas estratégias de sobrevivência e domínio, o novo factor de competitividade introduzido pela emergência dos gigantes asiáticos como a China e a Índia, o papel do Médio Oriente em geral e da Arábia Saudita em particular como porta-moedas energético do planeta e a luta multidimensional pelo controlo da Eurásia.

### **A CAÇA ÀS RESERVAS**

Uma leitura das estatísticas<sup>4</sup> mostra que as reservas provadas de petróleo correspondem a cerca de 1147 biliões de barris e dão para quarenta e cinco anos de produção ao ritmo de consumo actual. Estas são as reservas bem conhecidas e identificadas susceptíveis de serem exploradas comercialmente com as tecnologias actuais. Existem ainda outras reservas designadas como prováveis e possíveis, que não estão tão bem identificadas e são estimadas em cerca de 700 biliões de barris. Incluem o petróleo existente em águas profundas no golfo do México, Brasil e Angola onde só uma pequena parte foi até agora prospectada. À luz destas estimativas é inevitável que dentro de duas a três décadas se atinja o pico de produção seguido de um declínio irreversível. E importa discutir quais as consequências que advirão para o futuro de uma civilização que hoje não funciona sem petróleo.

Em 1956, o geólogo americano King Hubert previu que a produção petrolífera dos EUA, então o maior produtor do mundo, atingiria o pico no início da década de 70<sup>5</sup>. Quando Hubert fez a sua previsão foi duramente atacado. Mas tinha razão: em 1970 a produção americana atingiu o pico e a partir daí entrou em declínio. O problema é que se vai passar o mesmo com a produção mundial. O planeta será então confrontado com um dilema sem precedentes na sua história. O pico de produção do petróleo terá implicações económicas, sociais e políticas. O preço do petróleo tenderá a aumentar, a crescente escassez vai potenciar a competição e o apetite voraz das grandes potências que precisam do petróleo para alimentar o seu desenvolvimento irá acentuar-se.

Uma característica das reservas petrolíferas é a sua concentração num pequeno número de países. As reservas de seis países do Médio Oriente (Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Irão e Catar), ascendem a 674 biliões de barris, isto é, 64 por cento das reservas mundiais. Quer dizer: não se pode pensar o futuro sem ter este facto em conta. A estabilidade política da Península Arábica é indispensável para evitar um colapso do

sistema energético internacional. Se removermos as reservas do Médio Oriente e analisarmos a evolução da produção remanescente no mundo, o pico já foi atingido em 1997. Isto significa que o Médio Oriente, como porta-moedas energético do planeta, é a garantia para a estabilidade a curto e médio prazo enquanto se prepara a entrada na era pós-petróleo que deve ocorrer no fim deste século.

Na discussão sobre o pico de produção, os mais pessimistas como Colin Campbell seguem na esteira de Hubert e, adaptando o seu método às estimativas actuais das reservas, profetizam que o declínio vai começar em 2010<sup>6</sup>. Campbell questiona as estimativas das reservas apresentadas pelos países da OPEP. Em 1980, quando a OPEP adoptou a política de quotas de produção em função das reservas de cada membro, alguns países reviram as suas reservas em alta, de um dia para o outro. Nalguns casos esses aumentos chegaram a 197 por cento o que coloca a questão da fiabilidade dos números. E na crise actual, suscitada pela evolução da procura, ao contrário de todas as outras, o facto é que alguns países da OPEP que anunciaram aumentos de produção significativos não conseguiram realizá-los na prática. Pode ser um problema de reservas mas também pode ser um problema de falta de investimento nos últimos anos, quer na exploração, para se encontrarem novos campos, quer, em menor grau, nas infra-estruturas para o desenvolvimento e produção dos campos existentes.

No outro extremo encontram-se os optimistas, como Peter Huber<sup>7</sup>, que defendeu que quanto mais energia usamos mais energia somos capazes de produzir. É uma tese voluntarista que ignora aspectos essenciais da realidade e é pouco sustentável. Há pois que adoptar uma posição mais realista e equilibrada. Por um lado, é forçoso reconhecer que nos últimos anos não têm existido descobertas significativas e a última foi feita no ano 2000: o campo de Kashagan, no Cazaquistão. Depois disso as descobertas foram menos importantes. A lei que impera é que à medida que as bacias sedimentares vão sendo conhecidas e perfuradas, a probabilidade de efectuar grandes descobertas é cada vez mais baixa. Outro factor importante é o fraco investimento dos últimos anos na exploração. Segundo a Wood Mackenzie<sup>8</sup> as dez maiores companhias ocidentais tiveram, entre 1998 e 2003, uma queda de 27 por cento nos investimentos em exploração que passaram de 11 para oito biliões de dólares. Mesmo ao nível da OPEP, entre 2002 e 2003 as despesas na perfuração de poços caíram seis por cento e este é um indicador sobre o abrandamento da actividade da indústria. Quer dizer: antes da alta de preços de 2004, os investimentos na indústria petrolífera, especialmente depois do contraciclo de 1998 induzido pela crise asiática, não eram atractivos e essa falta de investimento tem hoje repercussões notórias.

Uma visão realista mostra que ainda existem oportunidades ao nível das reservas convencionais de petróleo, isto é, reservas que se podem explorar com facilidade com os meios tecnológicos actuais. O maior potencial para a geração de mais reservas virá sobretudo do Iraque, da Arábia Saudita, do Kuwait e dos Emirados Árabes Unidos. No Iraque, há muitos anos, desde a guerra com o Irão e o período subsequente de isola-



mento, que não há planos de exploração para identificar novas reservas com técnicas modernas. Da última vez que isso aconteceu, entre 1971 e 1980, o Iraque adicionou 45 bilhões de barris às suas reservas. Com as técnicas modernas da sísmica tridimensional as áreas não exploradas localizadas na parte desértica ocidental do país, estas poderão gerar entre 80 a 100 bilhões de barris, o que aproximará o Iraque da Arábia Saudita. Neste

O PICO DE PRODUÇÃO AINDA VAI  
DEMORAR DUAS A TRÊS DÉCADAS A CHEGAR  
E ESTE SÉCULO CONTINUARÁ DURANTE MUITO  
TEMPO DOMINADO PELO PETRÓLEO.  
MAS A COMPETIÇÃO PELAS RESERVAS  
VAI AUMENTAR E SERÁ EXPONENCIADA  
PELO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO.

país, como no Kuwait, é possível que existam campos de menor dimensão ainda não explorados. Outro factor a ter em conta é a capacidade de inovação tecnológica da indústria petrolífera para aumentar os ritmos de extracção e otimizar os factores de recuperação. Por tudo isto o pico de produção ainda vai demorar duas a três décadas a chegar e este século continuará

durante muito tempo dominado pelo petróleo. Mas a competição pelas reservas vai aumentar e será exponenciada pelo crescimento demográfico.

#### O FACTOR DEMOGRÁFICO E O CONSUMO MUNDIAL DE ENERGIA

Há uma correlação entre o consumo de petróleo e o crescimento da população mundial. Esta duplicou entre 1953 e 1993 e o consumo de energia primária aumentou exponencialmente. Hoje o planeta consome nove bilhões de toneladas de petróleo por ano, isto é, 180 milhões de barris por dia. Desta quantidade há cerca de 40 por cento de petróleo, 25 por cento de gás natural, 25 por cento de carvão e 10 por cento de outras energias. O modelo actual é dominado pelo consumo de 90 por cento de combustíveis fósseis: petróleo, gás e carvão. Em 1973 consumimos quatro vezes mais petróleo e cinco vezes mais gás do que em 1953. Nos últimos quinze anos consumimos tanto petróleo como em todos os outros anos anteriores da história.

Uma variável que complica sobremaneira a análise das tendências evolutivas é o crescimento demográfico. Em 1900, a população do planeta era de 1,6 bilhões de pessoas e em Dezembro de 2000 era de seis bilhões. Isto é: no espaço de um século a população multiplicou-se quase quatro vezes. Esta revolução demográfica atingiu o auge na década de 70 e gerou previsões catastrofistas como o da famosa «bomba P». Mas a política de saúde reprodutiva conjugada com a modernização cultural e a emancipação da mulher levou a um declínio da natalidade mais rápido que o previsto, sobretudo na Ásia. A estimativa actual da ONU é que em 2025 a população do planeta será de oito e não nove bilhões de pessoas. O impacto no modelo energético é que em 2050, segundo as estimativas do Conselho Mundial de Energia, o consumo pode variar entre 15 e 25 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo por ano, isto é, duas a três vezes mais do que é o consumo actual. A este ritmo é legítimo perguntarmos quais as respostas para colmatar as necessidades energéticas do futuro.

## A DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA DAS GRANDES POTÊNCIAS

Um dos paradoxos é que as grandes potências têm recursos domésticos escassos. Isso é válido para os EUA, o Japão, a Europa, a China e a Índia. Nem sempre foi assim: os EUA já foram o maior produtor mundial de petróleo. Mas depois do pico de produção em 1970, a dependência do exterior cresceu ano após ano. Em 1976, as importações de petróleo chegaram aos 40 por cento. Em Abril de 1998 o impensável aconteceu: os EUA ultrapassaram os 50 por cento. O Departamento de Energia dos EUA prevê que o consumo de petróleo do país vai passar de 19,7 mb/d em 2001 para 28,3 mb/d em 2025, um aumento de 44 por cento em pouco mais de duas décadas<sup>9</sup>. No mesmo período a produção doméstica americana declina de 5,7 para 4,6 mb/d. O efeito conjugado do declínio da produção interna com a subida do consumo faz crescer a dependência energética do exterior que vai passar dos 55 por cento atingidos em 2001 para 70 por cento em 2025<sup>10</sup>. É por isso que o Relatório Cheney<sup>11</sup> de 2001 sobre a política energética norte-americana estabelecia que o acesso a reservas petrolíferas devia ser a prioridade do comércio e da política externa americana. Isto coaduna-se com o pensamento do antigo secretário da Energia Spencer Abraham<sup>12</sup> que em 2000 defendeu que «a segurança energética era um componente fundamental da segurança nacional».

Quanto ao Japão, não tem petróleo e está em declínio desde 1990 porque o seu modelo de desenvolvimento estagnou. A Europa tem poucos recursos petrolíferos, a produção do mar do Norte entrou em declínio e deixou de ser um contrapeso à OPEP, papel que desempenhou nos últimos vinte e cinco anos. As consequências geopolíticas são vastas: reforço da OPEP e aumento da dependência energética da Europa. A Inglaterra deixou em 2004 de ser um país exportador para passar a ser um país importador de petróleo. No gás, a Europa depende da Rússia e a maior parte dos gasodutos cruzam a Ucrânia, cuja estabilidade política é crucial para atenuar a vulnerabilidade europeia. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento europeu, apesar das notáveis exceções da Finlândia, Suécia e Irlanda, está esclerosado, aprisionado por um estatismo anacrónico que asfixia em muitos casos a inovação e o empreendedorismo e inibe a competitividade. Neste contexto, a emergência da China e da Índia veio mudar o panorama geopolítico e está a influenciar a economia, o modelo energético, a diplomacia, o sistema de alianças internacionais. A China cresceu 9,5 por cento em 2004 e transformou-se no maior consumidor mundial de matérias-primas. Ultrapassou os EUA no consumo de aço. Ultrapassou o Japão e é hoje o segundo consumidor de petróleo do mundo, atrás dos EUA. As suas importações de petróleo cresceram 35 por cento em 2004 atingindo 2,43 mb/d. Como a produção doméstica vai manter-se estável, a única forma de a China responder ao crescimento da procura interna passa por um recurso ao exterior. De facto, o país que tem 22 por cento da população mundial tem

A EMERGÊNCIA DA CHINA E DA ÍNDIA  
VEIO MUDAR O PANORAMA GEOPOLÍTICO  
E ESTÁ A INFLUENCIAR A ECONOMIA, O MODELO  
ENERGÉTICO, A DIPLOMACIA, O SISTEMA  
DE ALIANÇAS INTERNACIONAIS.

apenas 2,3 por cento das reservas provadas de petróleo. Até 2010, a procura da China vai subir 66 por cento para atingir 10 mb/d. Se o gigante asiático mantém este ritmo, dentro de duas décadas e meia estará colado aos EUA a disputar o primeiro lugar. Esta situação, impensável há alguns anos atrás, introduz uma nova realidade na política e na economia internacionais, e torna crítico o problema do acesso a reservas de petróleo e gás. É necessário ter em conta o outro gigante asiático, a Índia, que tem 16 por cento da população mundial e apenas 0,4 por cento de reservas provadas de petróleo. Em 2004, a Índia cresceu seis por cento e vai continuar nos próximos anos. Ao rivalizarem com os países desenvolvidos na luta por matérias-primas e fontes energéticas, a China e a Índia emergiram como actores de primeiro plano e estão a mudar o centro de gravidade da economia mundial, a alterar as relações de poder nos mercados e a influenciar a nova paisagem geopolítica.

#### O MÉDIO ORIENTE E A CHAVE SAUDITA

Como vimos, há seis países do Golfo que possuem 64 por cento das reservas provadas de petróleo no mundo. Este facto é da maior importância política e económica e explica muito do que se passa nesta região. Um dos países, a Arábia Saudita, tem 25 por cento das reservas e é o coração do sistema petrolífero internacional. O problema é que em 2004, pela primeira vez na sua história, a Arábia Saudita foi atacada do interior por grupos terroristas ligados a organizações islâmicas radicais. Um dos ataques foi ao porto petrolífero de Yanbu no mar Vermelho e esse é um dos factos que explica o aumento do preço do petróleo, juntamente com o crescimento da procura e os cortes de produção decretados pela OPEP em Março de 2004. A crescente vulnerabilidade da Arábia Saudita e a instabilidade que se vive no Iraque e se propaga aos países vizinhos, introduziu no mercado um *fear factor* que contribui em cerca de 10 a 15 dólares por barril para um preço alto do petróleo. Novos ataques podem ser letais especialmente se tiverem como alvo centros neurálgicos do sistema petrolífero saudita como o complexo petroquímico de Abqaiq que processa sete mb/d e é o maior do mundo ou o porto de Ras Tanura no golfo Pérsico que exporta cinco mb/d. O governo saudita tem 30 mil homens a patrulhar os *pipelines* e instalações, gasta por ano cinco biliões de dólares em segurança, mas se algum dos pontos críticos é atingido provocando uma interrupção ainda que parcial no abastecimento e privando o mercado de dois ou três mb/d durante algumas semanas, as consequências podem ser devastadoras: o preço do petróleo pode disparar e chegar aos 100 dólares por barril e o terceiro grande choque petrolífero será inevitável. O problema da Arábia Saudita transcende a segurança: é um problema político pois o regime debate-se com uma crise estrutural. A distribuição de riqueza no país é restritiva, o desespero atinge muitos cidadãos e em especial a juventude desempregada. Como a religião oficial do estado é o wahabismo, a corrente mais ortodoxa do Islão sunita que defende a guerra santa como meio não de defesa mas de propagação activa da fé, ela foi utilizada pelos clérigos radicais para mobilizar milhares de jovens para o Afeganistão e o Iraque e o seu regresso a casa não augura nada de bom. O factor saudita é frágil e a mudança na relação com os EUA depois

do 11 de Setembro é preocupante. O acordo do Presidente Roosevelt com o rei Ibn Saud foi afectado. A hostilização legítima da Arábia Saudita por alguns meios americanos no rescaldo do 11 de Setembro levou o país a procurar outros parceiros estratégicos sem no entanto descurar a recuperação da relação com Washington. A China tem explorado esta situação estabelecendo relações estreitas com a Arábia Saudita e o Irão.

A China compreendeu que o domínio do sistema petrolífero pelas grandes companhias ocidentais, iniciado com as chamadas «Sete Irmãs», já não é o que era. Há um novo equilíbrio de poder em que as companhias estatais dos países produtores têm um protagonismo crescente. São conhecidas as dificuldades das companhias ocidentais em acederem a novas reservas para reporem o que produzem. O caso da Shell é paradigmático: em 2004 anunciou uma redução das suas reservas de 33 por cento (mais de cinco biliões de barris), a taxa de reposição caiu para 35 por cento, a produção declinou três por cento. Nunca como hoje as grandes companhias acumularam tantos lucros sob o espectro de um futuro incerto e a ameaça de se transformarem em companhias de serviços se não acederem a novas reservas. É como se a profecia de Schumpeter de que o capitalismo poderia ser devorado pelo seu sucesso estivesse viva. O ciclo do petróleo fácil e barato terminou por agora. E as companhias estatais de países como a Arábia Saudita, o Kuwait e o Irão utilizam as reservas petrolíferas como um trunfo político. Na competição desenfreada por novos recursos estes países estão no centro da disputa das grandes potências pelo domínio da Eurásia e das fontes energéticas.

#### A LUTA PELO CONTROLO DA EURÁSIA E DAS FONTES ENERGÉTICAS

Zbigniew Brzezinski, no seu livro *The Grand Chessboard* (1997), revisita a génese do conceito de geopolítica desde Harold MacKinder e aplica-o aos tempos modernos. A sua conclusão é clara: a Eurásia é o maior continente do mundo e o eixo geopolítico axial deste tempo<sup>13</sup>. Quem dominar a Eurásia domina o mundo. Domina uma Europa enfraquecida e um Japão evanescente. O controlo da Eurásia significa a subordinação da África e a marginalização do hemisfério ocidental e da Oceânia, com a eclosão de um novo centro de gravidade da economia e da política mundiais. A Eurásia concentra 75 por cento da população mundial, 60 por cento do PIB do planeta e 75 por cento dos seus recursos energéticos. Brzezinski avançou a teoria de que os EUA não podiam ficar isolados geograficamente em relação a esse centro vital e, como potência hegemónica, o domínio da Eurásia seria imprescindível para reforçar a sua primazia global. As intervenções dos EUA no Afeganistão e no Iraque, independentemente de pretextos conjunturais legítimos ou questionáveis, são uma resposta a este problema. Sejam claros: a luta entre os EUA e a China pelo domínio das fontes energéticas e da Eurásia já começou e vai condicionar o equilíbrio de poder neste século. Os EUA pro-

A LUTA ENTRE OS EUA E A CHINA PELO DOMÍNIO  
DAS FONTES ENERGÉTICAS E DA EURÁSIA  
JÁ COMEÇOU E VAI CONDICIONAR O EQUILÍBRIO  
DE PODER NESTE SÉCULO.

curam cercar militarmente e conter a China: basta localizar num mapa a miríade de bases militares americanas na Ásia Central para ver a tenaz que foi montada. A resposta da China tem sido política e diplomática. Dinamizou o grupo Xangai Cinco com a Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, numa aliança pela segurança nas fronteiras e a cooperação energética. Além da Arábia Saudita, Irão e Rússia aproximou-se doutros países com recursos energéticos como o Sudão, a Venezuela e o Canadá. A dança militar americana corresponde uma dança política chinesa. Nesta luta os EUA partem com vantagem considerável: o seu poder militar, político e económico não tem paralelo. Mas os grandes conflitos deste século, embora possam ter facetas religiosas ou étnicas, vão ser desencadeados pela necessidade de controlo das fontes energéticas. E aí a estratégia chinesa é temível.

A China adoptou o modelo de desenvolvimento económico de Singapura e combina um Estado autoritário, que conserva o comando político unificado de uma poderosa nação de 1,3 biliões de pessoas, com uma economia de mercado que aposta na inovação e no desenvolvimento tecnológico. A mega-Singapura da Ásia mantém uma coesão nacional e militar notável, vive em plena revolução industrial, é hoje uma das economias mais dinâmicas do planeta e, seguramente, a que mais cresce. No plano político e estratégico, tece uma rede de relações internacionais com o Irão, a Arábia Saudita, as cinco nações da Ásia Central e a Rússia, o que reposiciona o gigante asiático no tabuleiro geopolítico e faz dele o mais credível dos rivais dos EUA na luta pela hegemonia na Eurásia e no mundo.

A estratégia chinesa no mercado energético ilustra um dos planos deste jogo de xadrez. Os países produtores de petróleo acumularam em 2004 receitas fabulosas que ascenderam a 305 biliões de dólares, o valor mais alto das últimas décadas. Com os cofres cheios, tendo assimilado a tecnologia ocidental, estes países e as suas companhias petrolíferas estatais não precisam do Ocidente. Alguns desses países têm vivido situações difíceis no rescaldo do 11 de Setembro, foram hostilizados pelos EUA e andam à procura de novos parceiros estratégicos. E a China tem explorado essa situação estabelecendo alianças estreitas com a Arábia Saudita e o Irão. Vende equipamento e tecnologia militar a estes países. Utiliza as companhias petrolíferas estatais chinesas (CNOOC, Sinopec, Petrochina, CNPC) para criarem laços fortes com as companhias estatais dos países produtores. A China assinou um pacto com o Irão, vai comprar petróleo e gás iraníano, adquiriu uma participação no campo de Yadavaran, participa na remodelação da refinaria de Teerão. Vende mísseis balísticos à Arábia Saudita e as suas importações de petróleo deste país bateram todos os recordes em 2004. Aproxima-se da Rússia: com a renacionalização da Yukos, a China ofereceu um crédito de seis biliões de dólares para ajudar a Rosneft a resolver a dívida e obtém uma participação de 20 por cento na companhia que controla a Yuganskneftegaz, a filiada da Yukos que produz um mb/d. Ciente de que há um novo equilíbrio de poder no mercado energético com o crescente protagonismo das companhias estatais dos países produtores, a China utiliza alianças estatais

para aceder a reservas, estabelece contratos a longo prazo e salvaguarda a sua segurança energética. E não é por acaso que esta rede de alianças se estende ao Sudão, Angola, Venezuela, Brasil e Canadá.

A batalha pelo controlo dos pipelines que vão drenar os recursos energéticos da Ásia é outra dimensão da luta geopolítica. Os países ocidentais procuraram construir uma rota alternativa aos pipelines que escoam o petróleo da Ásia Central e que dependem sobretudo da Rússia e do Irão. O novo pipeline que liga Baku a Ceyhan (BTC) é um tratado de geopolítica: passa pelo Azerbaijão, Geórgia e Turquia, evita as zonas mais instáveis do Cáucaso, capitaliza a mudança política pró-ocidental da Geórgia (que não aconteceu por acaso), leva o fluxo até Ceyhan na costa ocidental da Turquia, evita os congestionados estreitos do Bósforo e de Dardanelos. O BTC, que foi liderado pela BP, tem 1750 quilómetros de extensão, pode escoar 52 milhões de toneladas de petróleo por ano, evita a dependência da Rússia e do Irão. É uma solução ditada por motivos geopolíticos e vai converter-se num elemento-chave do abastecimento e segurança energética dos países ocidentais. A isto responde a China com dois grandes projectos que podem assegurar e garantir a sua sustentabilidade energética. A Petrochina vai construir o pipeline de 4200 quilómetros que liga o deserto de Xinjiang, no Oeste da China, a Xangai. A China apoia a Rússia na construção do pipeline de 4368 quilómetros que vai ligar Taishet, na Sibéria Oriental, a Skovorodino para transportar 1,6 mb/d. As alianças ainda embrionárias China-Rússia e China-Irão, em conjugação com a aproximação à Arábia Saudita, são elementos novos da paisagem geopolítica e podem condicionar o futuro.

## CONCLUSÕES

O equilíbrio de poder no século XXI vai depender da luta subterrânea que já se desenvolve entre os EUA e a China pelo controlo da Eurásia e das fontes energéticas. As alianças que a China está a estabelecer com o Irão e a Rússia e a aproximação à Arábia Saudita revelam a importância e o alcance do que se vai passar no tabuleiro asiático. A Eurásia será o novo centro de gravidade da economia e da política deste século. No entanto, a posição dos EUA é aí não só hegemónica como incontornável. Hoje é inconcebível uma Ásia sem a presença dos EUA: são o factor estabilizador na relação entre a China e o Japão, na relação entre a China e Taiwan e na defesa do *statu quo* na Península Coreana. Sem os EUA, as disputas entre a China e o Japão, que já se ameaçam a propósito da exploração do petróleo e do gás das ilhas Senkaku, localizadas a noroeste de Taiwan, podem exacerbar-se. O mesmo se pode dizer de outros conflitos latentes na Ásia. Como o exprimiu Samuel Huntington: «Um mundo sem os EUA será um mundo com mais violência e desordem e menos democracia e menos crescimento económico.»<sup>14</sup> E isto é verdade também para a Ásia mas é necessário que a grande nação americana regresse ao multilateralismo, dê importância à centralidade das alianças, evite a colagem que hoje têm às piores ditaduras da Ásia Central, como a do Uzbequistão, e resolva o problema iraquiano sem fazer implodir a Arábia Saudita. Estamos a caminho de um novo modelo de relações

internacionais e não sabemos se será um modelo wilsoniano baseado na legitimidade democrática ou se será um sistema de equilíbrio de poder à moda de Bismarck com múltiplas alianças sobrepostas, capazes de suavizarem e conterem os desafios internacionais. Uma coisa é certa: os homens sabem que no longo prazo a lei internacional tem de se curvar perante os factos, como escreveu Raymond Aron<sup>15</sup>. Ao mesmo tempo é importante reconhecer que o factor demográfico e o crescimento económico vão exigir uma

NESTE SÉCULO SERÁ ATINGIDO O PICO DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E O PLANETA TERÁ DE PREPARAR-SE PARA A ERA PÓS-PETRÓLEO EVITANDO QUE A LUTA FRENÉTICA PELOS RECURSOS EXISTENTES DEGENERE EM GRAVES CONFRONTAÇÕES INTERNACIONAIS.

visão diferente do problema dos recursos energéticos. Neste século será atingido o pico de produção de petróleo e o planeta terá de preparar-se para a era pós-petróleo evitando que a luta frenética pelos recursos existentes degenere em graves confrontações internacionais. A aposta na poupança e na eficiência energéticas, a reconversão

da indústria automóvel com incidência em veículos mais leves, híbridos e que minimizem o desperdício, a aposta nos biocombustíveis e nas energias renováveis, é um longo caminho a percorrer em benefício do equilíbrio e do desenvolvimento sustentável do planeta. Mas não podemos ter ilusões. Como Kant há muito ensinou, vivemos num mundo governado pela paixão, pela irracionalidade e por males periódicos. A história humana é a história da divisão, do conflito e da força. **RJ**

## NOTAS

<sup>1</sup> Kenneth Deffeyes, *Hubert's Peak: the Impending World Oil Shortage*, Princeton University Press, 2003, p. 124.

<sup>2</sup> Michael Klare, *Blood and Oil*, Nova York, Metropolitan Books, 2004, p. 41.

<sup>3</sup> Institut Français du Pétrole, *Recherche et Production du Pétrole et du Gaz*, 2002, p. 31.

<sup>4</sup> *BP Statistical Review of World Energy*, 2004.

<sup>5</sup> Richard Heinberg, *The Party's Over*, Clairview, New Society Publishers, 2004, p. 88.

<sup>6</sup> Colin Campbell, «The End of Cheap Oil», *Scientific American*, Março de 1988.

<sup>7</sup> Peter Huber, «The Energy Spiral», *Forbes*, Abril de 2002.

<sup>8</sup> «Petroleum Economist», Novembro de 2004, p. 36.

<sup>9</sup> Department of Energy of USA, *Annual Energy Outlook*, 2004.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> Richard Cheney, «National Energy Policy», NEP Report, 2001.

<sup>12</sup> Spencer Abraham, House International Relations Committee, Washington D.C., 20 de Junho, 2002.

<sup>13</sup> Zbigniew Brzezinski, *The Grand Chessboard*, Basic Books, 1997, p. 31.

<sup>14</sup> Samuel Huntington, «Why International Primacy Matters», *International Security*, Primavera de 1993.

<sup>15</sup> Raymond Aron, *Peace and War: A Theory of International Relations*, Nova York, Doubleday, 1966, p. 305.